

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e dois pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu-se na Sede da Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais, sita na Rua do Compromisso, em Faro, no exercício da competência que lhe é conferida pela alínea c) do Artigoº 48 dos seus Estatutos, o Conselho Fiscal a fim de analisar e dar o seu Parecer, sobre o Orçamento para o ano dois mil e vinte e três. Em consequência, vimos apresentar o nosso parecer sobre o orçamento previsional que apresenta um total de receitas de 1 287 167,40€ e um total de gastos 1 302 996,24€, apresentando desta forma um resultado líquido previsional negativo de quinze mil oitocentos e vinte e oito euros e oitenta e quatro cêntimos (15 828,84€), comparativamente com o ano de 2022 este regista um aumento de 9 471,54€.

O Orçamento previsional apresenta um valor total de receitas para 2023 de 1 287 167,40€, o que revela uma diminuição de 13 745,70€ em relação ao ano de 2022, ao analisar as diversas rubricas verifica-se que a rubrica de subsídios à exploração e da de quotizações de sócios são as que apresentam um decréscimo mais significativo -7% e -38% respetivamente.

Referente às despesas, o valor total previsto para 2023 é de 1 302 996,24€, verificando-se também um ligeiro decréscimo de 4 274,16€ em relação ao ano de 2022, sendo a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos a que apresenta um maior decréscimo -20%.

Ao analisar o resultado líquido previsional, verificamos que este orçamento apresenta um valor negativo superior ao ano anterior em 9 471,54€, devido essencialmente ao facto de se prever um ligeiro crescimento de gastos devido à inflação, de referir que se continua a verificar uma contenção de custos pela instituição.

As despesas orçamentadas são as indispensáveis ao bom funcionamento da Instituição, permanecendo o esforço para a maior contenção possível de despesas, embora a Instituição se foque numa perspetiva de visão estratégica para a criação de novas áreas empreendedoras e sustentáveis, apresentando algumas sugestões de melhoria.

É parecer deste conselho que a Assembleia aprove o Orçamento Previsional para o ano dois mil e vinte e três.

O Conselho Fiscal

